

## MODO, MODALIDADE, MODALIZAÇÃO: AUTONOMIA SEMÂNTICO-DISCURSIVA EM EXPRESSÕES VERBAIS

Joselí Maria da Silva<sup>14</sup>

**RESUMO:** Os estudos clássicos que tratam de expressões verbais demonstram uma prática que as coloca em sistemas fechados de análise e classificação, considerando, de modo geral, apenas as categorias de Modo: indicativo e subjuntivo. Neste estudo, pretendemos, ainda que respeitando essa classificação presente na Gramática Normativa, ampliar as discussões sobre seu universo de aplicação, considerando também os aspectos semânticos identificáveis nos discursos em geral. Além do Modo, propomo-nos a provocar discussões sobre a Modalidade e a Modalização, buscando delinear alguns traços que nos permitem diferenciar um fenômeno do outro. Para limitar essa investigação, fazemos uso de Pareceres Técnicos e Jurídicos como *corpus*, vistos como gêneros discursivos de uso frequente nas situações formais do cotidiano profissional. Com esse intuito, exploramos os estudos de Bakhtin (2003), Cervoni (1989), Lyons (1970), Koch (2000, 2002), Castilho & Castilho (1993) e Bronckart (1999). Nesse *corpus* investigamos, em expressões verbais, seja em estruturas simples ou em estruturas complexas, a autonomia das ocorrências do Modo, da Modalidade e da Modalização, que, embora se mantenham sob o aspecto da forma, conservando sua identidade gramatical, expressam valores semânticos, em busca de manifestar uma intenção ilocucionária, ou seja, o sentido idealizado pelo locutor produtor de um enunciado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Modo. Modalidade. Modalização. Expressões Verbais.

**ABSTRACT:** Classic studies dealing with verbal expressions demonstrate a practice that puts them in closed systems of analysis and classification, in a general way, considering only the following categories of Mood: indicative and subjunctive. In this study, we intend to, while respecting this classification in this Normative Grammar, enlarge the discussions about their universe of application, also considering the semantic identified aspects in the discourses. Besides the mood, we propose to provoke discussion about the modality and modalization, seeking to outline some features that allow us to differentiate one phenomenon from the other. To limit this research, we use technical and legal opinions as *corpus*, these opinions are considered as discursive genres used frequently in everyday formal situations. We explored the studies of Bakhtin (2003), Cervoni (1989), Lyons (1970), Koch (2000, 2002), Castillo & Castillo (1993) and Bronckart (1999). In this corpus, we investigated, in verbal expressions, whether in simple structures or complex structures, the autonomy of the occurrences of the Mood, Modality and Modalization, that, although they remain under the aspect of form, retaining its grammatical identity, it expresses semantic values, seeking to express an illocutionary intention, in other words, the sense idealized by the producer locutor of the utterance.

**KEYWORDS:** Mood. Modality. Modalization. Verbal Expressions.

### Introdução

Muito se tem discutido sobre Modalidade e Modalização. Por isso, e verificando quão produtivas têm sido essas discussões, propomo-nos a trazer algumas considerações sobre esses aspectos, acrescentando algumas reflexões sobre o Modo, tendo em vista a aproximação sintático-semântica entre esses fenômenos, se é que assim podemos denominá-los. Com esse trabalho também ratificamos nossa ideia de que esses fenômenos não se substituem; cada um, embora se entrelacem, mantêm sua autonomia semântica, pois investem de forma diferente no sentido expresso do enunciado

---

<sup>14</sup> Professora Doutora do Instituto Federal de Educação da Paraíba – João Pessoa.

Este artigo é parte de investigação feita em Pareceres Técnicos e Jurídicos, quando exploramos a presença da Modalização nesses gêneros.

Nossas discussões investem em expressões verbais presentes tanto em estruturas simples, quanto em estruturas complexas, ou seja, enunciados selecionados do *corpus* acima descrito. Partimos do princípio de que, nessas expressões verbais, mesmo em se classificando o Modo, do ponto de vista da Gramática Normativa, podemos também identificar um processo de modalização veiculado por modalidades. Assim, defendemos a ideia de que não se devem confundir esses três segmentos, já que não funcionam com o mesmo propósito ilocucionário.

## O Modo

Começamos discorrendo sobre o Modo, inicialmente nas frases simples e, em seguida, nas frases ou estruturas complexas. Essa separação se faz necessária porque tomamos como base teórica os estudos de John Lyons (1970), que apresenta os modos indicativo e imperativo nas frases simples, mas o subjuntivo com caráter de subordinação. Dessa forma, embora não seja essa nossa preocupação imediata – verificar como se manifesta o modo isoladamente em frases simples ou em estruturas complexas–, achamos conveniente sua sistematização em seções secundárias, a fim de também facilitar nossa leitura.

Após as considerações sobre o Modo, faremos nossa apreciação sobre a Modalidade e a Modalização.

## O Modo nas frases simples

Como regra geral, é comum pensar-se em **Modo** como algo apresentado e realizado pelo verbo, conforme a descrição da gramática tradicional. Segundo Almeida (1989, p. 225), no capítulo destinado ao estudo dos verbos, “como a própria palavra está dizendo, **modo** na conjugação de um verbo vem a ser a maneira por que se realiza a ação expressa por esse verbo. De três maneiras podemos enunciar uma ação; daí, os três modos verbais”. O autor descreve, a seguir, os modos indicativo, subjuntivo e imperativo.

No dicionário de Lingüística de Dubois (2001, p. 415), encontramos a seguinte definição para Modo: “é uma categoria gramatical, em geral associada ao verbo, e que traduz (1) o tipo de comunicação instituído pelo falante entre ele e seu interlocutor (estatuto da frase) ou (2) a atitude do falante com relação aos seus próprios enunciados”.

Mesmo falando sobre modo, a definição acima conduz o raciocínio para duas direções, conforme se pode ver adiante (DUBOIS, 2001, p. 415):

No primeiro caso, o *modo* ou *modalidade* da frase se exprime pela oposição entre (a) a asserção expressa na frase assertiva, afirmativa ou negativa [...]; (b) a interrogação expressa numa frase interrogativa, afirmativa ou negativa [...]; (c) a ordem ou desejo expresso numa frase imperativa ou optativa, afirmativa ou negativa. [...]

No segundo caso, o *modo*, ou *modalização*, se exprime pela oposição entre uma atitude do falante, que assume (que leva em conta) seus enunciados, e a do locutor, que não assume (que rejeita) parcial ou totalmente seus enunciados. Em português, o modo do enunciado assumido é o indicativo; o modo do não-assumido é, também, o indicativo (futuro do pretérito) nas frases indiretas: [...], e o subjuntivo ou o futuro do pretérito do indicativo nas frases indiretas: [...].

A modalização pode ser indicada também por outros meios: os advérbios [...], as intercaladas [...], as mudanças de registro (as aspas, na escrita), etc. O modo é distinto das modalidades lógicas, em que o predicado é contingente, provável, necessário, possível (essa contingência, essa probabilidade pode ser assumida ou não).

A partir do que se dispôs acima, verifica-se que o modo ora se apresenta com traços de modalidade, ora de modalização.

Embora se tente fazer uma distinção clara entre modo e modalidade, percebe-se que há uma tendência a ampliar suas noções, uma vez que tais fenômenos não se encontram isolados, isto é, não há como tratar verbos sem que seu sentido se manifeste de alguma forma no que se diz, no que se produz discursivamente.

Para Lyons (1970, p. 235), o modo, como o tempo, é frequentemente realizado pela flexão do verbo ou por sua modificação com ajuda de auxiliares. Esse processo faz com que as frases se distingam umas das outras, obedecendo a duas classes: as imperativas e as interrogativas. As primeiras são marcadas pelo modo porque não fazem nenhuma afirmação, mas exprimem ordens ou instruções (*Viens ici! (Vem aqui!)*). Apesar dessa apresentação, o autor atenta para a dificuldade de se garantir a diferença entre o que há de declarativo (ou melhor seria dizer, imperativo) ou de instrucional nesse enunciado.

Em relação às interrogativas, também o modo é que lhes faria distinguir das frases declarativas. No entanto, tradicionalmente elas não são consideradas modais porque, na maior parte das línguas (em destaque aqui o latim, o grego e o francês), a diferença sintática entre a frase declarativa e a interrogativa se estabelece no emprego de diversos pronomes ou partículas interrogativas, ou ainda na organização da frase, ou disposição na ordem das palavras, ou na entonação aplicada no discurso oral.

Mesmo reconhecendo que os linguistas em geral não falam do modo interrogativo, Lyons insiste na ideia de que há uma modalidade expressa nas frases interrogativas, conforme se pode ver a seguir: “Porém, de um ponto de vista mais geral, as frases interrogativas são

claramente modais; e se pode defini-las pelas modalidades suplementares que indicam o que o locutor espera<sup>15</sup> (LYONS, 1970, p. 236).

Ao que parece, a distinção entre modalidade e modo está no caráter indicativo deste último sobre a modalidade, ou seja, o modo é que dirá como será realizada uma possível modalidade. E ainda que haja uma concentração do estudo sobre as categorias verbais, o autor cita escalas de modalidades para fazer presente a questão da intenção impressa no e pelo discurso. Segundo ele (Ibidem, loc.cit.),

Nós constatamos que a atitude do locutor pode se marcar gramaticalmente de maneiras muito diversas nas diferentes línguas. Podem-se estabelecer ao menos três escalas de modalidade. A primeira é essa do *desejo* e da *intenção*. É o que ilustra o epitáfio *Requiescat in pace* (Que ele possa repousar em paz): há uma oposição que se distingue do subjuntivo *requiescat* do indicativo *requiescit*. (...) A segunda escala é a da *necessidade* e da *obrigação*: *Eu devo ir a Londres na próxima semana*, etc. A terceira é a da *certeza* e da *possibilidade*: *Pode chover amanhã*, *Ele deve estar aqui* etc.<sup>16</sup>

A classificação em escalas (*échelles*) para essas diversas modalidades se deu, segundo Lyons (Ibidem, loc.cit.), pelo fato de que se pode subdividi-las em um número mais ou menos grande de classes, como certeza, probabilidade, possibilidade, ou diversos tipos de obrigação e de necessidade mais ou menos fortes etc.

Algumas línguas ainda podem reunir duas das escalas de modalidades (obrigatoriedade ou possibilidade, por exemplo), ou mesmo as três (quando, às duas citadas, se pode acrescentar a escala do desejo) e ainda não lhes dar qualquer estatuto gramatical. Sobre essas possibilidades, diz o autor (Ibidem, loc.cit)

Observe-se igualmente que há uma afinidade entre as frases imperativas e as modalidades de “desejo” e de “necessidade” de uma parte, e entre as frases interrogativas e a modalidade de “possibilidade” de outra parte. Na verdade uma frase manifestadamente interrogativa como *Queres vir aqui?* (sem levar em conta as diferenças de entonação) pode ser equivalente semanticamente à frase imperativa *Vem aqui, queres?* (ou simplesmente *Vem aqui!*) e se ter dificuldade em classificar uma modalidade em preferência à outra.<sup>17</sup>

<sup>15</sup> No texto original: «Mais, d'un point de vue plus générale, les phrases interrogatives sont clairement modales ; et on peut les définir par des modalités supplémentaires qui indiquent ce que le locuteur attend ». (A tradução para a língua portuguesa é de nossa responsabilidade)

<sup>16</sup> ...nous constatons que l'attitude du locuteur peut se marquer grammaticalement de façons très diverses dans les différentes langues. On peut établir au moins très échelles de modalité. La première est celle du *souhait* et de *l'intention*. C'est qu'illustre l'épithaphe *Requiescat in pace* (puisse-t-il reposer em paix) : il y a opposition qui se distingue du subjonctif *requiescat* et l'indicatif *requiescit*. (...) La seconde échelle est celle de la *nécessité* et de *l'obligation* : *Je dois aller à Londres la semaine prochaine*, etc. La troisième est celle de la *certitude* et de la *possibilité* : *Il peut pleuvoir demain*, *Il doit être ici* etc

<sup>17</sup> On remarquera également qu'il y a une affinité entre les phrases impératives et les modalités de « souhait » et de « nécessité » d'une part, et entre les phrases interrogatives et la modalité de « possibilité » d'autre part. En

Poder-se-ia dizer que se confundem as noções semânticas de desejo e de necessidade ao se observarem as duas construções – interrogativa e imperativa – marcadas acima (sem levar em conta, como fez o autor, as diferenças de entonação), o que provoca, então, a denominação de uma modalidade em detrimento de outra sem haver qualquer garantia de sua propriedade, ou seja, tanto se pode atribuir ao verbo de uma frase desse tipo a modalidade imperativa como a interrogativa, e tanto uma quanto a outra esboçam o que espera o locutor nas instâncias comunicativas de que faz parte.

Situação semelhante pode ser percebida entre frases declarativas com noção de imperativo, sutilmente aplicada no discurso sem identificação clara da pessoa verbal que assuma seu teor. É o que, a título de exemplificação, podemos extrair de um dos exemplares do *corpus* deste trabalho.

(PJ-16, Anexo A, p. 192)<sup>1</sup>

“Outrossim, **recomenda** a remessa de cópias ao Ministério Público para instruir Ação Penal (grifo nosso).

Via de regra, podemos identificar ou classificar o verbo *recomendar* como marcado pelo modo indicativo, com noção de declaração. No entanto, há que se levar em conta o fato de o verbo, em sua própria essência semântica, abrir caminho para a leitura não só de um conselho, próximo ao desejo do locutor de que algo seja feito, mas ainda permitir associação com o traço de obrigatoriedade que o fato exige, reforçado, inclusive pelos termos seguintes : “instruir Ação Penal”.

O que, de certa forma, bloqueia o valor do imperativo é justamente a ausência de um elemento gramatical ou discursivo que assumo o dito: o ato de recomendar. Ainda assim, tal estratégia não anula o caráter sugestivo e, partindo de uma autoridade – o parecerista, no caso –, a noção do que *deve* ser feito para atingir os envolvidos no caso analisado.

De volta às considerações de Lyons, verificamos, em resumo, que o autor trata modalidade como consequência da aplicação do modo, e as frases que trazem esse traço são aquelas que expressam alguma atitude do locutor.

Bronckart (1999), embora não trate exatamente do modo na perspectiva como o apresentamos a partir de Lyons, menciona que, às quatro funções de modalização (lógicas,

---

fait, une phrase manifestement interrogative comme *Veux-tu venir ici ?* (sans tenir compte des différences d’intonation) peut être équivalente sémantiquement à la phrase impérative *Viens ici, veux-tu ?* (ou simplement *Viens ici !*) et on a du mal à la classe dans une modalité plutôt qu’une autre

deônticas, apreciativas e pragmáticas), alguns autores acrescentam as **modalidades de enunciado**, isto é, “os valores modais associados aos quatro tipos de frases identificáveis na microsyntaxe: frases declarativas, exclamativas, imperativas e interrogativas” (Idem, p. 335). Segundo ele, essa teoria apresenta as frases declarativas como não portadoras de qualquer valor suplementar, enquanto que as exclamativas, imperativas e interrogativas teriam esse valor em sua essência, pois que traduziriam uma ordem, um pedido, um espanto etc., isto, é, manifestariam seu valor ilocucional.

Para Bronckart, o valor ilocucional não está expresso no tipo sintático a que pertence uma frase, afinal uma frase declarativa pode expressar uma ordem, uma frase interrogativa pode expressar um pedido, um desejo. Além do mais, os valores ilocucionais expressos em uma frase são, segundo o autor, potencialmente infinitos, *pois designam a espécie de ato comunicativo semiotizado no texto*, assim como é ilimitado o número dessas espécies de atos (Ibidem, loc.cit.).

Constata-se que, ao tratar de outras modalidades (presumimos aqui que se trata das lógicas), Lyons as distribui em escalas: de desejo ou de intenção, de necessidade ou de obrigação, e de certeza ou possibilidade, embora sem correspondência imediata. Embora não distribua as modalidades em escalas – como fez Lyons –, ideia semelhante também é observada em Bronckart, que, se referindo a tipos de frases, reconhece, com exceção da frase declarativa, a presença de valores ilocucionais na atividade discursiva.

### **O Modo nas estruturas complexas**

Até então, os comentários fizeram referência às frases simples. Nas estruturas complexas, a referência é feita em relação ao estatuto de modalidade impressa ao subjuntivo em francês.

Lyons diz não haver qualquer critério que justifique a presença do subjuntivo – reconhecido como um modo – em lugar do indicativo, a não ser pela ideia de que o termo tradicional subjuntivo vem da tradução latina da palavra grega que significava “subordinação”, logo era o subjuntivo o modo da subordinação por excelência. O indicativo como forma não-marcada não apresenta, portanto, modalidade (LYONS, 1970, p. 235). A título de exemplo, ele apresenta a situação do indicativo e do subjuntivo: o primeiro ocorrendo, em francês, nas frases afirmativas ; e o segundo, nas frases negativas. Dá como exemplo : *Je crois qu’il vient (Eu creio que ele vem.)* versus *Je ne crois pas qu’il vienne (Eu não creio que ele venha)* (Idem, ibidem, p. 239). Observa-se que o único elemento que provocou a diferença da aplicação verbal entre as duas frases foi a partícula de negação.

Para justificar a negação como um critério que faz do subjuntivo um modo e não uma forma verbal, citamos o próprio Lyons (Ibidem, pp. 239-240):

Podem-se distinguir três possibilidades para as línguas nas quais um conjunto de formas verbais se encontra sobretudo nas proposições subordinadas. (1) As distribuições de um conjunto de formas A e de um conjunto de formas B podem em parte ser complementares em parte se suplantam; e a distinção pode ser modal nos contextos onde essas formas estão em oposição (...). (2) A ocorrência seja de A seja de B nas proposições subordinadas pode estar em correlação com uma diferença de modalidade que é igualmente indicada aliás na frase (...), (3) Pode não haver qualquer espécie de correlação entre a ocorrência de um conjunto específico de formas e a modalidade do contexto pelo qual elas são determinadas. Neste caso não se descreveria a diferença entre A e B como modal – ainda que se pudesse entretanto empregar o subjuntivo para se designar o conjunto das formas que são mais ou menos limitadas às proposições subordinadas<sup>18</sup>.

Para exemplificar a condição (1), Lyons cita a oposição entre o subjuntivo e o indicativo que, em latim, era mais marcada. No francês, no entanto, a escolha entre um ou outro não parte exatamente dessa oposição (uma vez que as formas verbais ora podem se complementar, ora podem ser substituídas umas pelas outras), mas de outros fatores na maioria das proposições subordinadas – o autor não faz referência, no entanto, a esses fatores. É na condição (2) que vemos que se inclui a negação, uma vez que, inscrita na própria frase, exprime a dúvida do locutor em oposição à segurança relativa da frase afirmativa. Seria, então, essa impressão de dúvida que caracterizaria o subjuntivo como portador de uma modalização.

Ainda que atenda às duas primeiras condições acima expostas, fazendo com que o subjuntivo seja considerado como um modo, analisado o termo em si mesmo, segundo o linguista, ele não porta qualquer nuance de modalidade, haja vista a possibilidade expressa na condição (3) que trata justamente da ausência de correlação entre a ocorrência de um conjunto de formas verbais e a implicação do contexto sobre estas, de modo que se pode empregar o termo *subjuntivo* às formas mais ou menos limitadas às proposições subordinadas, mas não obrigatoriamente como *modo* (LYONS, 1970, p. 240).

---

<sup>18</sup> On peut distinguer trois possibilités pour les langues dans lesquelles un ensemble de formes verbales se rencontre surtout dans les propositions subordonnées. (1) les distributions d'un ensemble de formes A et d'un ensemble de formes B peuvent en partie être complémentaires et en partie se chevaucher ; et la distinction peut être modale dans les contextes où ces formes sont en opposition. (...). (2) L'occurrence soit de A soit de B dans les propositions subordonnées peut être en corrélation avec une différence de modalité qui est également indiquée ailleurs dans la phrase. (...) (3) Il peut n'y avoir aucune espèce de corrélation entre l'occurrence d'un ensemble spécifique de formes et la modalité du contexte par lequel elles sont déterminées. Dans ce cas, on ne décrirait pas la différence entre A et B comme modale – bien qu'on puisse cependant employer le terme *subjunctif* pour désigner l'ensemble des formes qui sont plus ou moins limitées aux propositions subordonnées.

De certa forma, o que leva ao emprego de uma forma específica do verbo são os traços sintáticos, já que a “ocorrência de certa forma específica não pode, por ela mesma, portar uma distinção de modalidade”<sup>19</sup> (Idem, *ibidem*, p. 239).

O que se pode concluir dessa discussão? Apesar de falar em modalidade, Lyons não a apresenta como participando, nas estruturas complexas, do que chamamos de enunciado. Sua concepção sobre o fenômeno se restringe a determinar o modo com que se pode apresentar um verbo, discutindo, inclusive, sua pertinência ou não nessa categoria – de modalidade. Uma vez analisando as estruturas complexas, a inserção do primeiro grupo verbal – o que tradicionalmente chamamos de oração principal, conforme a gramática normativa – não é o objeto de análise do autor; sua análise recai exatamente sobre a segunda assertiva – ou oração subordinada, ainda seguindo a orientação da gramática normativa –, que encerra um modo (indicativo ou subjuntivo) a partir de algumas condições que viriam expressas no primeiro grupo, o da oração principal. Lyons parece não reconhecer essa obrigatoriedade do subjuntivo em todas as circunstâncias em que esta forma verbal acontece, ou seja, a noção de *subordinação* apresentada pelos gregos e latinos e que inferiam a capacidade modal ao subjuntivo não mantém sua ideia original.

Não há como negar que, de alguma forma, Lyons também vê a modalidade como uma característica da atitude de um dado locutor (ainda que considere tal modalidade como *suplementar*), ou seja, haverá traços de modalidade quando o locutor quiser expressar : a) um desejo ; b) uma necessidade ou obrigação ; e c) uma certeza ou possibilidade, conforme visto anteriormente ao se apresentarem as escalas de modalidades (cf. p.33). Para se utilizar o imperativo ou as frases interrogativas, há sempre um propósito que deveria ser percebido pelo interlocutor na atividade interlocutiva que vivencia. Entretanto, essa modalidade de que trata Lyons parece ter mais relação com as atitudes ilocucionárias (*valores ilocucionários*, para Lyons) adiante apresentadas por Cervoni, que também não considera o modo como definidor de modalidade, conforme se verá na apresentação do assunto na seção 4.1.

---

<sup>19</sup> “l’occurrence de cette forme spécifique ne peut pas, par elle-même, porter une distinction de modalité”



## As Modalidades – aspectos gerais

Para falar sobre as Modalidades, começamos com o trabalho de Castilho & Castilho<sup>20</sup> (1993, p. 217) os quais declaram:

A Gramática Tradicional reconhece dois grandes componentes na sentença: o componente proposicional, constituído de sujeito + predicado (=dictum), e o componente modal, que é uma qualificação do conteúdo da forma de P, de acordo com o julgamento do falante (=modus). Esse julgamento se expressa de dois modos: 1) o falante apresenta o conteúdo proposicional numa forma assertiva (afirmativa ou negativa), interrogativa (polar ou não-polar) e jussiva (imperativa ou optativa); (2) o falante expressa seu relacionamento com o conteúdo proposicional, avaliando seu teor de verdade ou expressando seu julgamento sobre a forma escolhida para a verbalização desse conteúdo.

Às duas formas de julgamento Castilho & Castilho denominam estratégias: a primeira referindo-se à *modalidade*, a segunda, à *modalização*. Os mesmos autores, entretanto, utilizam os termos sinonimamente, alegando que “sempre há uma avaliação prévia do falante sobre o conteúdo da proposição que ele vai veicular, decorrendo daqui suas decisões sobre afirmar, negar, interrogar (...) etc.” (Ibidem, loc.cit.).

Embora se faça referência ao conceito de modo, na descrição constante do dicionário Dubois e nas conceituações de Lyons e Castilho & Castilho, verifica-se uma “expansão” desse conceito, fazendo aparecer os termos Modalidade e Modalização.

Segundo o dicionário Dubois (2001, pp. 413-414), na gramática gerativa, a “modalidade é, com o núcleo, um constituinte imediato da frase de base(...). Como constituinte, ele define, portanto, o tipo de frase ou o estatuto da frase: a frase é interrogativa, declarativa, exclamativa, imperativa e facultativamente enfática, negativa ou passiva”.

Jean Cervoni (1989, p. 53), ao tratar das modalidades, em princípio apresenta a ideia de que num enunciado se pode distinguir um *dito* (conteúdo proposicional) e uma *modalidade* (ponto de vista do sujeito falante sobre este conteúdo)<sup>21</sup>. Em breve passagem, Cervoni (Ibidem, p. 55) faz, também, referência ao *modo*, ao falar dos verbos *querer*, *dever*, *poder* e *saber* que, em francês, melhor correspondem à descrição de tipos de atitudes que explicam o funcionamento da narrativa. Esses verbos, mais adiante, merecerão especial atenção por parte

<sup>20</sup> Importante atentarmos para o fato de que estes autores estão rerepresentando conceitos de Charles Bally, conforme podemos verificar em Flores & Teixeira (2005, p. 17), quando lemos: “Bally vê na oração duas partes: a do *dictum*, base da oração, e a do *modus*, operação do falante sobre o *dictum*”. Esses conceitos já haviam sido considerados por Cervoni (1989, p. 54), quando este cita a obra *Linguistique générale et linguistique française* (1ª ed. 1932), onde Bally retoma os mesmos termos – *modus* e *dictum* – utilizados na Idade Média, para fazer distinção entre a *forma* e a *matéria* dos enunciados para constituir a base de sua “teoria da enunciação”.

<sup>21</sup> Ratifica-se aqui a concepção de Charles Bally, já referendada na página anterior (Cf. nota de rodapé 16).

deste e de outros autores, pois, mesmo em outras línguas diferentes do francês, se tem percebido sua influência em um enunciado.

Outro ponto de vista a ser considerado é o de Koch. A autora não fala em modo especificamente; trata a questão a partir já das modalidades. Na visão da linguista (KOCH, 2002, p. 86), é através das modalidades que o locutor marca uma distância relativa em relação ao enunciado, expressando seu maior ou menor engajamento com o que diz. E acrescenta (Idem, ibidem, loc. cit.): “O recurso às modalidades (...) permite, ainda, introduzir modalizações produzidas por outras “vozes” incorporadas ao seu discurso, isto é, oriundas de enunciadores diferentes...”.

Ao fazer referência à introdução de modalizações, Koch (Ibidem, p. 78) permite que se entenda modalidade como algo distinto de modalização, e possivelmente modo como modalidade, ao fazer referência à “face subjetiva” de conceitos dos modos deônticos e axiológicos, conforme se pode ver em seu texto: “Enquanto os modos aléticos se referem aos objetos do pensamento e os epistêmicos, ao próprio pensamento, os modos deônticos e axiológicos referem-se a conceitos que constituem como que a sua face subjetiva (...)”.

Impossível não se prender à ideia de subjetividade transposta pelas palavras de Koch. Seja falando sobre modo, seja sobre modalidade, ou mesmo introduzindo a noção de modalização (isolando-os ou fundindo-os), a autora concebe a presença não só de objetos do pensamento mas ainda do próprio pensamento, logo a presença mesma do locutor, visto que entendemos não haver como se manifestarem quaisquer dos fenômenos acima, se não houver um autor/locutor para realizá-los.

Conforme já previsto, a delimitação exata do alcance nocional de modo e de modalidade não é facilmente determinável. Aliás, há frequente flutuação entre as opiniões dos autores, exigindo uma observação cuidadosa quando da ocorrência de cada um desses fenômenos linguísticos, influenciando diretamente sobre os enunciados reais, porque sociais e históricos, ou mesmo sendo responsáveis por sua construção. Além desses fenômenos, deve-se, também, levar-se em conta que há, ainda, um terceiro elemento presente nesse movimento argumentativo-discursivo: a modalização.

### **A Modalização**

Tanto quanto o conceito de modo e de modalidades, o conceito de modalização, conforme já dissemos, não está definido, ou, pelo menos, ainda não se pode assegurar uma pacificidade de opiniões entre todos os que se preocuparam com tal estudo. Assim, para tentarmos expor de que forma estaremos tratando, não só o modo e as modalidades mas

também a modalização, faremos uma breve apreciação sobre as pesquisas desenvolvidas por alguns estudiosos. Começamos pela definição constante do dicionário de Dubois.

Em seu Dicionário de Lingüística, Dubois (2001, p. 414) apresenta a *modalização* como a *marca dada pelo sujeito a seu enunciado*. Conforme o autor, pode-se partir de três diferentes conceitos envolvidos no processo da enunciação (ato de produção do texto pelo falante) para se compreender a noção de modalização. Assim se pode ler em seu Dicionário de Lingüística (Ibidem, loc. cit.):

(1) O conceito de distância considera a relação entre sujeito e mundo por intermédio do enunciado (...); (2) o conceito de transparência estuda a presença ou o apagamento do sujeito de enunciação; (3) o conceito de tensão registra as relações entre falante e ouvinte por meio do texto: *ser/estar* e *ter* marcarão a tensão mínima; os auxiliares *querer, poder*, etc., a tensão máxima. (...).

Observando-se os conceitos acima – **distância, transparência e tensão** –, verifica-se que se referem ao grau de engajamento que o locutor estabelece com o próprio enunciado e com seu interlocutor, a partir das crenças que ele espera serem aceitas por este último. Essa relação com o dito se efetua num movimento ora de explicitude ora de atenuância e até mesmo de ofuscamento total das impressões ou da presença do locutor, veiculados pela própria enunciação, material real construído a partir de elementos linguísticos e paralinguísticos (como as entonações no texto oral, a pontuação no texto escrito, entre outros). O locutor, através da modalização, pode, portanto, se expor totalmente, parcialmente ou tentar eximir-se de qualquer vínculo com o que profere.

No conceito de **distância**, há um limite máximo – em que o sujeito se apresenta totalmente distante de seu enunciado, ou seja, considera seu enunciado como parte integrante de um mundo distinto dele mesmo; e um limite mínimo – em que se percebe o sujeito assumindo totalmente seu enunciado, isto é, diminuindo a distância entre si e o enunciado produzido.

Se, com seu enunciado, o locutor permite que se perceba de que “lugar” ele fala (a favor ou contra, ou tentando tornar-se ou parecer neutro), então, ou ele se aproxima do que diz, deixando claro qual sua intenção, envolvendo-se com o dito, ou ele se distancia, fazendo um caminho oposto, ou seja, desengajando-se do dito, ofuscando, então, a dita transparência.

Em relação ao conceito de **transparência**, o locutor pode deixar que seja identificado seu comprometimento com o dito, como no uso de expressões do tipo “Eu creio”..., “Eu acredito que...”, “Eu garanto que...”, ou de outros recursos de não comprometimento, quando se protege com o uso de expressões como “É possível que...”, “Parece que...”, “Seria

interessante que...”, entre outros artifícios. Assim, o conceito de transparência tem a ver com o locutor mesmo, com sua própria presença no processo enunciativo.

Já o conceito de **tensão** tem a ver com a atuação do locutor sobre seu interlocutor. A tensão será máxima quando o locutor tentar deixar sua marca de ação sobre o outro, e isso poderá ficar claro quando utilizar verbos como *querer, poder, dever* etc. É o caso de situações como a que se vê em “Todos devem se manter calados”. Será mínima quando não se registrar grande interesse de ação sobre o interlocutor; os verbos que farão parte de enunciados cujo conceito de tensão se mostre mínimo serão *ser/estar* e *ter*. Como exemplo, podemos citar uma construção do tipo “Seria bom que todos se mantivessem calados”. Neste último exemplo, observamos a construção de um ato indireto, ou seja, a presença de **performativo implícito**. Com uma observação um pouco mais cuidadosa, sobre esse último enunciado, pode-se constatar uma interferência do locutor sobre seu(s) interlocutor(es), deixando implícito um pedido ou uma ordem para expressar sua vontade de que houvesse silêncio, de se omitir algo que não devesse ser dito, entre outras leituras possíveis estabelecidas pelo contexto ou situação de uso.

Há que se fazer um breve comentário sobre o verbo TER. Entendemos que, em alguns casos, esse verbo pode estabelecer uma tensão máxima. Se se produz algo do tipo: “Tem de haver...” ou “Você tem de fazer...” ou algo similar, cuja tensão aparece no tempo da conjugação verbal, percebe-se que o verbo TER, nessas construções, será entendido como dever, logo haverá uma relação locutor/interlocutor totalmente tensa, comprometendo-os entre si.

Isto se pode comprovar pela passagem abaixo:

**(PT-01, Anexo A, p. 131)**

“Para que o(a) estudante tenha acesso ao ensino superior, tenha oportunidade de se qualificar, mantendo o seu ‘status’ de universitário(a) no Brasil, e obter (*sic*) o título de bacharel em direito, **terá que** se submeter ao concurso vestibular, apenas isto, conforme exige a legislação” (grifo nosso).

O extrato acima – (PT-01) – permite que se vejam, com clareza, os graus de tensão (originando obrigatoriedade); engajamento (o locutor se envolve claramente, e não emprega meios-terminos para dizer qual sua posição em relação ao caso); e de transparência do locutor em relação ao que diz (com a forma verbal grifada acima, o locutor expressa o que pensa e o

que espera que seja realizado pelo interessado, aliás, a solução indicada pelo parecerista é simples – “apenas isto” –, mas a única possível para se resolver o problema em análise).

A noção de engajamento parece manifestar-se claramente nos conceitos de distância e transparência, já que se referem à relação que há entre o locutor e seu enunciado, ou ao processo de enunciação. Em sua atitude de produção discursiva, o locutor já se predispõe, ou não, a se deixar envolver pelo que pretende dizer; de outra forma, o que esse mesmo locutor pretende com seu enunciado será ou poderá ser lido, percebido pelo interlocutor, através das marcas impressas nessa produção, o que se traduz pelo conceito da transparência.

À primeira vista, o conceito de tensão não teria maior relação com o engajamento tratado dessa forma, já que esse aspecto parece não ser considerado, dentro dessa perspectiva, a partir da relação entre o locutor e seu enunciado, mas sim entre o locutor e interlocutor. Mas, como agir sobre o interlocutor se este não percebe quanto há de comprometimento do locutor com o que ele próprio declara, postula, defende, ou, num caminho inverso, parece não fazê-lo, com um fim específico, de não se comprometer com o dito, mas ainda assim atuar sobre sua plateia?

O conceito de tensão pode nos sugerir a obrigação, a certeza, a possibilidade ou o convite ao envolvimento moral, cultural ou mesmo afetivo por parte do locutor com a intenção de agir sobre o interlocutor, induzindo-o a uma participação, ou não, dentro do dito, considerando os graus de tensão máxima e mínima dispostos nessa relação.

Os conceitos acima discutidos nos atentam para o fato de que o engajamento do locutor com seu interlocutor e com seu próprio enunciado passa, sim, pelas três correntes: de distância, transparência e tensão. E esses conceitos estarão se materializando no processo da modalização, através de elementos linguístico-discursivos, responsáveis, conseqüentemente, pelo sentido que já se esperava alcançar a partir de sua seleção.

O conceito de transparência, referindo-se diretamente ao engajamento do locutor com o dito, pode, levando-se em conta os graus de transparência, passar pelos critérios do possível e do provável, enfim pelo valor da crença, o que sugere a modalidade epistêmica. Essa modalidade também estaria representada ou incutida no conceito de distância, a partir, também, do grau de envolvimento do locutor em relação ao seu enunciado. O conceito de tensão pode realizar-se plenamente na modalidade deôntica – eixo do obrigatório, do permitido, enfim dos deveres, o que ratifica a noção de influência do locutor sobre o outro.

Encontramos, ainda em Dubois (2001, p. 414), a seguinte informação sobre modalização, que poderia ratificar o que concluímos anteriormente:

O conceito de modalização serve para a análise dos meios utilizados, para traduzir o processo de enunciação. A adesão do falante a seu discurso é sentida pelo interlocutor ora como sublinhada, ora como evidente, ora em baixa: da mesma forma que o conceito de tensão explica oposição entre o orador que age sobre seu público e o que “ignora seu público”, o conceito de modalização permite dar conta da percepção pelo interlocutor do fato de que o orador crê, insiste no que diz.

Percebe-se, então, entre o que se lê em Dubois – acima – e o que postula Koch ao tratar de modalização, uma mesma noção sobre os referidos conceitos, ainda que os autores não os apresentem da mesma forma.

Para Koch (2002, p. 85), na produção de um enunciado, o locutor manifesta suas intenções e sua atitude através de sucessivos atos ilocucionários de modalização “que se atualizam por meio dos diversos modos de lexicalização que a língua oferece”. A autora considera esses modos de lexicalização também como lexicalizações de modalidades. Entendemos essas últimas exatamente como unidades formadas de elementos linguísticos que, em sua forma final, constituem a face do enunciado, a substância concreta e real que serve de aporte para a atividade dialógica, permitindo o acordo ou o contraponto, a réplica, a aceitação, a interação enfim.

Em artigo publicado, Guimarães (2001, p. 65) indica sua ideia de modalização como **processo** (aqui encontramos eco na compreensão que tivemos de Koch e que expomos acima), apontando o uso do termo como tal ora numa acepção restrita, “bem próximo da sua significação no campo da Lógica modal, ora numa acepção ampla, abrangendo também a modalidade de frase”, a que ela denomina modalidade *lato sensu*. Em outro ponto de seu artigo, a autora (GUIMARÃES, 2001, p.68) introduz seu conceito de modalizadores, assim exposto: “Recobramos, então, neste ponto, a noção de modalizadores como podendo ser identificada com todos os elementos linguísticos que funcionam como indicadores das intenções, dos sentimentos e das atitudes do enunciador no que diz respeito a seu discurso”.

Em suma, quer nos parecer que há uma harmonia pelo menos entre as três posições acima – a primeira descrita no dicionário de Dubois, a segunda defendida por Koch e a terceira apresentada por Guimarães<sup>22</sup> –, sobre o fato de a modalização se configurar como um processo que se manifesta através de modalidades, estas representadas, por sua vez, por elementos linguísticos – os modalizadores. Esta última autora ainda acrescenta que “a modalidade extrapola o âmbito do estritamente linguístico – o que inviabiliza sua análise em

---

<sup>22</sup> Atentamos para o fato de, nesta parte do trabalho, termos feito uma pequena relação comparativa apenas entre Dubois, Koch e Guimarães, apesar de também outros autores nos servirem de suporte teórico. A não inclusão dos demais nessa perspectiva comparativa se explica devido à forma particular com que estes últimos apresentam a modalização, os quais exigem, de nossa parte, uma leitura mais detalhada, como é o caso de Jean Cervoni (1989), que parte da Lógica Modal e se estende até a Teoria dos Atos de Fala, de Austin.

dimensões radicais e estanques” (GUIMARÃES, 2001, p. 75). Pode-se entender, portanto, que a interação não se constitui somente de elementos linguístico-discursivos, há ainda os paralinguísticos assim como os extralinguísticos, o que significa dizer as expressões faciais, os gestos, a entonação de voz no discurso oral etc.

Nos estudos de Bronckart, observamos que este autor usa modalização por modalidade, assim como Castilho & Castilho, embora não apresente, ao contrário destes últimos, qualquer motivo para tal procedimento.

Nos termos de Bronckart (1999, p. 330), assim está disposto o assunto:

As modalizações têm como finalidade geral traduzir, a partir de qualquer voz enunciativa, os diversos **comentários** ou **avaliações** formulados a respeito de alguns elementos do conteúdo temático. (...) Portanto, as modalizações pertencem à dimensão configuracional do texto, contribuindo para o estabelecimento de sua coerência pragmática ou interativa e orientando o destinatário na *interpretação* de seu conteúdo temático (grifos do autor).

Em suma, seja utilizando o termo modalidade, seja modalização, as discussões anteriores mostram um ponto vital em sua apresentação: a interatividade. As atividades discursivas estão intimamente ligadas às interpretações, avaliações e, principalmente, às intenções dos interlocutores. O jogo presencial locutor/interlocutor, com recursos linguísticos expressos ou recursos extralinguísticos, é monitorado pelos participantes que se valem da modalização para dirigir o sentido de seus enunciados, afetando, expressa ou implicitamente, o outro.

### **Em análise**

Vejam algumas transcrições do *corpus* que podem nos ajudar a entender a realização individual de cada segmento – modo, modalidade, modalização – nas expressões verbais selecionadas.

### **(PJ-10, Anexo A, p. 180)**

“Neste sentido, não havendo *âmparo (sic)* legal para a dispensa dos eventuais cargos incidentes sobre o valor originário da TCFA nos termos requeridos, **opino pela cobrança com as correções regimentais, a contar até a data de 14.01.2002, data efetiva do requerimento da interessada**”. (grifos de sublinhado do parecerista)

O verbo *opinar* aparece no indicativo, denunciando uma ação presente e declarativa do locutor. Do ponto de vista gramatical, e seguindo a perspectiva de Lyons, não há qualquer indício de modalidade nesse enunciado.

Numa visão pragmática, não se pode, entretanto, ignorar o caráter de “decisão” implícito no verbo, dando ao solicitante condições de agir conforme as orientações do Parecerista, o que, de certa forma, tranquiliza e respalda o responsável pela cobrança citada no Parecer em questão.

Assim, o fato de o verbo estar no modo indicativo não é elemento preponderante para a ação do requerente da consulta, porém, do ponto de vista semântico, funciona como uma orientação irrefutável, assegurando a esse requerente condições de agir com base em uma opinião indiscutível, autorizada, logo repleta de razões plausíveis e convincentes.

**(PJ-06, p. 161)**

“Esta Coordenação **teria** que visitar a obra ‘in loco’, antes da conclusão dos trabalhos executados [...]”

O futuro do pretérito, um dos tempos do indicativo, teria como indicação original informar que algo não foi feito de forma adequada. Se se fosse considerar apenas a forma verbal, é possível que não se vissem outros sentidos enunciativos aqui expressos. Faz necessário, portanto, analisar o conteúdo semântico do verbo *ter*, deixando clara a obrigatoriedade de que se reveste a expressão verbal. A força ilocucionária desse verbo não se perde, ou seja, o significado expresso pelo tempo verbal continua sendo o de passado não realizado, presumível no campo das possibilidades.

Mais uma vez constata-se que modo e tempo verbais, por si sós, não se responsabilizam pela presença da modalidade, mas essa presença pode ser requerida se examinada a intenção do locutor, realizando, portanto, o processo de modalização, já que deixa implícito o que intenta o locutor, isto é, um ato de crítica, recomendação, ordem, desejo, expandindo-se para a modalidade da obrigação.

**(PT-05, p. 159)**

“Pensa-se, igualmente, em fazer uso responsável da autonomia acadêmica, [...] permitindo que cada estudante **possa** fazer escolhas para melhor aproveitar suas habilidades, sanar deficiências e realizar desejos pessoais.”

A modalidade epistêmica quase-asseverativa acontece quando se imprime um distanciamento do locutor em relação ao dito, ao próprio enunciado. Assim, o verbo *poder*, em suas variadas formas de aplicação, quase sempre imprime esse valor semântico. No caso acima, o modo do subjuntivo demonstra bem o domínio das possibilidades, o que, neste caso,



é utilizado pelo locutor para exprimir sua impressão sobre algo que cabe a outrem, ou seja, o próprio locutor confirma uma relação intrínseca entre o modo verbal, a modalidade e a modalização.

**(PT-04, p. 153)**

“O mínimo de duzentos dias **deverá ser** rigorosamente cumprido, mesmo se disso implicar defasagem entre o ano letivo e o ano civil (...)”.

A expressão verbal *deverá ser* está formada de verbo auxiliar no futuro do presente do indicativo, o que, *a priori*, por ser uma das formas do indicativo, não conduz a uma modalização imediata, se não fosse marcada, essa expressão, pelo verbo *dever*, cuja força deôntica é inconfundível, exprimindo claramente uma exigência. Observe-se também que há ainda uma ratificação dessa modalização auxiliada pelo advérbio *rigorosamente*.

Enfim, em todos os excertos selecionados verificamos presença de modos verbais que, individualmente, carregam sua matiz, sua essência, mas, conforme as intenções do locutor, podem informar muito mais do que os limites postos pela significação da superfície formal.

### **Considerações finais**

Uma vez definidos as tênues linhas de demarcação entre essas três categorias, tratamos o **modo** como o traço mesmo da categoria do verbo, podendo manifestar uma modalidade. Logo, enquanto situado nas instâncias do verbo, o modo indicativo será considerado para indicar algo que pertence ao campo da existência, do realizável; será visto ainda como agente das relações entre locutor/interlocutor, permitindo prever sua ligação, em graus, com o dito; o modo do subjuntivo para aplicar a modalidade da possibilidade, do virtual; e o modo imperativo, demonstrando total engajamento do locutor com seu enunciado e com seu interlocutor, levando-se em conta as intenções de ordem ou de desejo.

Enfim, consideramos **modalidade** a manobra discursiva que, expressa ou implicitamente, permite sua identificação no enunciado, agindo intencionalmente, muitas vezes, sobre o interlocutor, concretizando a **modalização**, esta última entendida em nosso trabalho como um processo responsável pelo efeito que pretendemos causar, ou intenção que pretendemos manifestar através do enunciado produzido, ou seja, seu efeito sobre o outro, enfim sobre uma plateia, com a qual interagimos, socialmente, em nossa atividade discursiva.

**Referências**

- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (1979).
- BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo**. Trad. Anna Rachel Machado *et al.* São Paulo: EDUC, 1999.
- CASTILHO, Ataliba C. de & CASTILHO, Célia M. M. de. Advérbios Modalizadores. *In*: ILARI, Rodolfo (org.). **Gramática do Português Falado**. Vol. II. Níveis de Análise Lingüística. Campinas: Unicamp, 1993.
- CERVONI, Jean. **A Enunciação**. Trad. L. Garcia dos Santos. São Paulo: Ática, 1989.
- DUBOIS, Jean *et al.* **Dicionário de Lingüística**. 15. ed. Trad. Barros, F. et all. São Paulo: Cultrix, 2001.
- GUIMARÃES, Elisa. Expressão modalizadora no discurso de divulgação científica . *In*: **Educação e Linguagem** – ano 4 – nº 5, 65-77, jan/dez 2001.
- KOCH, Ingedore G. V. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Argumentação e Linguagem**. 8. ed. – São Paulo: Cortez, 2002.
- LYONS, John. **Linguistique Générale: introduction à la linguistique théorique**. Trad. Françoise Dubois-Charlier e David Robinson. Paris: Librairie Larousse, 1970.